

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XVIII - Edição 106 - Outubro 2017

TJSE estimula adoção necessária *pág. 24*



**Cultura e gestão estratégica posicionam TJSE
como um dos melhores Tribunais do país** *pág. 18*

Programação

Exposição Fotográfica "Eu ainda sou Bela"

por Bruno César

02 a 06 - Anexo Adm. I

23 a 31 - Fórum Gumersindo Bessa

Projeto Vida Saudável

Com a Nutricionista Thayane Andrade,
Psicólogas Carina Argolo e Sheila Oliveira e
Assistente Social Edvani Panta

06 Centro Médico, **14h30**

Palestra sobre Saúde Mental

Dra. Clarissa Figueiredo, Psiquiatra

19 Hall do Centro Médico, **11h**

Ação Itinerante do Centro Médico

Tai Chi Chuan / Aferição de Glicemia e Pressão
Arterial / Quiropraxia / Exame de Mama
(apalpamento e prescrições de exames)

8h às 14h - Dias/Fóruns

17 Propriá - **24** Estância - **26** Itabaiana

27 N. Sra. do Socorro - **31** Lagarto

OUTUBRO ROSA

2017

PREVENÇÃO
é o 1º passo



editorial

Amar e ser amado

É muito provável que um dia já tenha se perguntado se não teria o desejo de adotar uma criança ou um adolescente. Em momento assim, muitos lembram do tempo que terão de dispendar para a educação desse ser em construção. Outros fazem referência aos investimentos necessários. Ainda há os que acham que terão de reforçar a paciência com as travessuras, tão peculiares das crianças.

Mas, o que muitos não percebem num primeiro momento é que o amor demandado nessa conquista afetiva é de sentido duplo. E que o adotado também precisa ter paciência e compreensão com sua nova família. O notório é que o resultado é recompensador para ambos.

Na verdade, quem aumenta a família pelas vias da adoção tem a oportunidade de ressignificar a sua própria existência; dar a ela mais cores e aprender muito sobre a vida, sob ângulos antes desconhecidos.

O encontro desses afetos gera algo muito maior do que a soma das partes individuais. Numa perfeita relação de aperfeiçoamentos mútuos, todas as preocupações mundanas, geralmente egoístas, ficam pelo caminho e o vínculo de amor se fortalece de tal modo que passa a ser impensável a vida sem que tivesse sido dado esse passo.

FÁBIO SOARES
Diretor de Comunicação do TJSE

Nesta edição

04



Entrevista: Diretor de Segurança, Delegado Flávio Albuquerque, fala sobre os desafios da gestão da segurança institucional no TJSE

07



Evolução com macrodesafios: Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos

10 Com saúde não se brinca: Saúde na aposentadoria favorece um envelhecer ativo

14 Prata da casa: Adernaldo Soares de Figueiredo lembra do trabalho como escrivão no Judiciário sergipano

16 Pronto serviço: serviço da Corregedoria emite certidões gratuitas para hipossuficientes

28 Viver Intensamente

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor **FÁBIO SOARES** Chefe da Divisão de Imprensa **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**, Reportagens **LUCIANO ARAUJO**,

LUCIANO ANDRADE Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico e editoração eletrônica **JEAN CARLO** - Designer Gráfico

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

“Nossa missão é promover as condições de segurança”

O Diretor de Segurança, Delegado Flávio Sandro de Albuquerque Souza, fala sobre os principais desafios para a gestão da segurança no Poder Judiciário sergipano

Natural de Recife, Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, mas criado em Aracaju, o Delegado Flávio Sandro de Albuquerque Souza, com mais de 20 anos de carreira, aceitou o desafio proposto pelo Presidente, Des. Cezário Siqueira Neto, e, desde fevereiro desse ano, assumiu a Diretoria de Segurança do Tribunal de Justiça de Sergipe. Nesta entrevista, o delegado fala sobre como é gerir um departamento que cuida da segurança de mais de uma centena de fóruns e de mais de três mil servidores e magistrados, além do cuidado com os usuários e membros das demais instituições que integram o sistema de Justiça. Ele destaca ainda as prioridades da gestão para o biênio 2017/2019 e os principais projetos para a área de segurança da Justiça sergipana.

REVISTA JUDICIARIUM - Como é ser responsável pela segurança de uma instituição que tem mais de três mil servidores e quase uma centena de unidades jurisdicionais, além da quantidade de partes processuais, membros do Ministério Público e advogados que, diariamente, passam pelos fóruns de todo o Estado?

FLÁVIO ALBUQUERQUE - É tarefa de grande responsabilidade, e para enfrentar os problemas decorrentes desse grande número de unidades, cada uma com sua particularidade, nós contamos com o apoio da Pre-

sidência, das Chefias dos diversos órgãos e dos servidores do TJSE, que buscam agir de forma integrada e no estrito cumprimento de protocolos, medidas e rotinas de segurança, que são reavaliados, sempre que necessários, conforme a dinâmica dos fatos e o contexto institucional. Nossa missão é promover as condições necessárias de segurança a fim de possibilitar aos magistrados e servidores da Justiça o pleno exercício de suas atribuições, disponibilizando para nossa sociedade uma efetiva prestação jurisdicional.

O Tribunal de Justiça já tem um Planejamento Estratégico consolidado. Quais os principais projetos da Diretoria de Segurança que deverão ser executados até o ciclo que se encerra em 2020? Quais são as prioridades?

As prioridades são: a aquisição e instalação de portais detectores de metais, em fase final de licitação; instalação de câmeras de CFTV, que é um investimento permanente; aquisição e instalação de novos aparelhos de raio-x; aquisição de coletes balísticos para os nossos militares, processo de compra também em fase final; e a implantação de um núcleo de inteligência na Diretoria de Segurança.

O CNJ instituiu, em 2016, a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, através da Resolução 239. Como o TJSE está atendendo a referida resolução?

Todas as Resoluções do CNJ estão sendo cumpridas em especial atenção aos princípios, diretrizes e objetivos traçados pela Resolução 239/2016, que instituiu a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário. O Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário - SINASPJ foi instituído em 10 de junho de 2013, através da Resolução n.º 176 do CNJ. Um dos avanços da Resolução 239/2016 foi ter conceituado a atividade de inteligência do Poder Judiciário. Segundo o §1º do art. 5º da citada Resolução, “entende-se por atividade de inteligência do Poder Judiciário o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da Segurança Institucional do Poder Judiciário”. Para potencializar nossos serviços de segurança estamos envidando esforços no sentido de implantar um núcleo de inteligência. O efetivo militar tem sido um fator adverso para essa implantação. A Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário abrange a segurança pessoal dos magistrados e dos respectivos familiares em situação de risco, a segurança de servidores e dos cidadãos que transitam nos órgãos da Justiça, a segurança da informação e a segurança patrimonial e de instalações do Poder Judiciário.



Existe também no TJSE um Comitê de Segurança. Como funciona e quais são as principais deliberações?

A Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário de Sergipe foi instituída em 24/01/2013, através da Portaria n.º 09/2013 - GP1 - Normativas, em atendimento à Resolução n.º 104/2010 do CNJ, em seu art. 2º. Compete à Comissão: avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem Constitucional; elaborar plano de proteção e assistência dos magistrados e servidores em situação de risco e analisar pedido de proteção especial, submetendo-os ao Presidente; estabelecer políticas institucionais para garantia da segurança física dos membros da magistratura do Estado; propor à Presidência do Tribunal de Justiça medidas visando a garantia da segurança de magistrados e servidores em situação de risco; promover a

integração dos planos, projetos e ações desenvolvidos pelas unidades organizacionais internas e externas que tratam das questões de segurança institucional, em consonância com as políticas e diretrizes estabelecidas. A Comissão se reúne de forma ordinária uma vez ao mês e de forma extraordinária a qualquer tempo quando convocada por seu Presidente, o Desembargador Roberto Porto.

Qual a principal preocupação em relação à segurança dos magistrados?

É fundamental para todos adotar uma conduta preventiva. Seguir protocolos de segurança não apenas durante o exercício de suas funções, mas manter também os cuidados necessários em suas atividades privadas. Felizmente, o número de magistrados com proteção especial é pequeno. Estamos em contato permanente com as forças de segurança e órgãos de inteligência objetivan-

do prevenir, identificar e neutralizar ameaças aos nossos magistrados.

No Judiciário sergipano, também há a presença de bombeiros. Como o TJSE tem se preparado para prevenção e combate a incêndios e outros tipos de sinistro?

Celebraremos novo convênio entre o TJSE e a SSP/SE juntamente com a PMSE e o Corpo de Bombeiros. Os nossos bombeiros vinham desenvolvendo funções de vigilância e segurança patrimonial. Estamos redirecionando os bombeiros para suas funções de origem que é a prevenção e combate a incêndios, bem como a realização de atendimento pré-hospitalar. Nós contamos com a atuação dos nossos bombeiros em várias unidades do Poder Judiciário. Eles estão presentes em postos fixos no Palácio da Justiça e nos Fóruns: Gumersin-

do Bessa, Des. Luís Carlos Fontes de Alencar, Integrados II (Maracaju), Integrados III (DIA), Integrados IV (Santa Maria), Arquivo Judiciário, Parque dos Faróis, Pedro Barreto de Andrade (Marcos Freire), Professor Gonçalo Rollemberg Leite (UFS) e Itabaiana. A atuação conjunta com o Departamento de Obras do TJSE tem proporcionado ações preventivas de grande importância para a segurança institucional. Recentemente o TJSE encaminhou armas vinculadas a processos para destruição pelo Exército em Salvador.

Qual a importância desse procedimento para a segurança do TJSE?

O encaminhamento das armas para destruição atende o disposto no art. 25 da Lei n.º 10.826/2003, na Resolução n.º 134/2011 do CNJ e Instrução Normativa n.º 13/2015 do TJSE. São operações estratégicas reservadas que visam a proteção e segurança institucional do nosso Judiciário. É importante acrescentar que conseguimos em junho deste ano, junto ao Exército Brasileiro, através do Coman-

do da 6ª Região Militar em Salvador, autorização especial para que o Judiciário sergipano promova diretamente, doravante, a pré-destruição das armas vinculadas a processos. Esse procedimento garante maior proteção e segurança na prestação jurisdicional.

O senhor completou 20 anos como delegado. Ser chamado para a Diretoria de Segurança foi um desafio?

Certamente. Inicialmente quero agradecer a confiança do Presidente Desembargador Dr. Cezário Siqueira Neto por confiar em mim o desempenho dessa relevante tarefa. Essa responsabilidade também é compartilhada com todos os membros da Comissão de Segurança Institucional do TJSE e nós sempre procuramos cumprir fielmente com as diretrizes fixadas pela Comissão que está atenta às determinações legais e Resoluções do CNJ. Além das atribuições no TJSE, já assumi a chefia e titularidade de órgãos importantes na Polícia Civil. Fui chefe da Agência Central de Inteligência do Estado (COGESISP) em 2016; Di-

retor do Departamento de Narcóticos (DENARC) nos anos de 2009, 2014 e 2015; Diretor do Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) em 2013; Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em 2011; Diretor da Coordenadoria de Polícia Civil da Capital (COPCAL) em 2012, além de titularizar várias Delegacias Metropolitanas e Especializadas como Delegacia de Roubos e Furtos (DEROF) e Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DERFV). Mesmo com a experiência de mais de 20 anos de carreira, a Diretoria de Segurança do TJSE é sim uma experiência desafiadora, mas não me falta apoio de todos que fazem o Poder Judiciário sergipano para que possamos contribuir para a melhoria de sua Segurança Institucional.



“Para potencializar nossos serviços de segurança, estamos envidando esforços no sentido de implantar um núcleo de inteligência”

Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos

Indicadores estratégicos demonstram que macrodesafio já alcançou 135%



O que é adotar soluções alternativas de conflito? “Significa dizer que a sentença não é a única forma de resolver o conflito. Observa-se que, diante de uma cultura eminentemente litigante, as pessoas perderam a capacidade de se comunicar de maneira eficaz, de forma que o Judiciário é buscado como primeira opção para que todo tipo de litígio seja resolvido, do mais simples ao mais complexo. É preciso que o Judiciário, ciente da sua função social nesse momento, possa indicar outras formas de solução de conflitos, que atenda aos interesses dos envolvidos no litígio e apresente resultados mais satisfatórios para ambos”, explicou a Juíza gestora do macrodesafio, Maria Luiza Foz Mendonça.

Foi esse o intuito da Resolução 125/2010 do CNJ, ao prever a criação dos Nupemec’s (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Litígios) e Cejusc’s (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), além de apresentar a mediação de conflitos, ao lado da

conciliação, como política pública a ser direcionada pelos Tribunais brasileiros, em atendimento ao que preceitua a nova hermenêutica constitucional quanto aos critérios de Justiça que devem ser observados pelo Judiciário.

O Poder Judiciário, nesse momento, assume a função de promover a transição da cultura do litígio para a cultura da paz, ao educar e empoderar o cidadão para a construção de uma comunicação não violenta, capaz de contribuir para uma sociedade mais humanizada. “A ideia é que o cidadão, ao procurar o Judiciário, possa ser devidamente encaminhado para a melhor forma de trabalhar o seu conflito, de acordo com as suas particularidades, que pode ser através da negociação, conciliação, mediação ou a sentença. Esse é o “Sistema Tribunal Multiportas”, adotado no Brasil e que teve como referência o modelo de justiça norte-americano, baseado nas ideias do professor de Direito da Universidade de Harvard, Frank Sander”, esclareceu a magistrada.

A Juíza Maria Luiza Foz Mendonça, gestora do macrodesafio, diz que o TJSE assumiu a função de promover a cultura da paz

Os indicadores demonstram que o macrodesafio está com 135% de execução. “Esse índice é resultado de um trabalho em equipe voltado para a realização de mutirões e ações voltadas para a conscientização das pessoas de que podem, por si só, chegar à melhor solução que atenda aos interesses de todos os envolvidos. Com isso, a popu-

lação tem recorrido aos Centros Judiciários para solucionar suas questões”.

Ainda de acordo com a juíza, um outro fator que merece ser destacado é a capacitação dos facilitadores (conciliadores e mediadores). Com a publicação da Resolução 125/2010, do CNJ foi instituída a obrigatorie-

dade da formação específica em técnicas de mediação, para que as partes possam ser estimuladas a trabalhar os interesses, necessidades e sentimentos que circundam o contexto conflituoso, de forma a evidenciar os aspectos positivos e prospectivos advindos da discussão. “Esses são os nossos ‘segredos’ e os projetos a concretização deles”.

PROJETOS

Pare, Concilie e Siga!



O Projeto “Pare, Concilie e Siga” tem como proposta habilitar, teórica e tecnicamente, os agentes de trânsito do Município de Aracaju para que promovam a conciliação extraprocessual quando da ocorrência de acidentes de trânsito. Com isso, busca-se a redução de litígios judiciais relacionados a esses tipos de conflitos, possibilitando celeridade na sua resolução, já que as conciliações extrajudiciais são realizadas quando ocorre acidentes no trânsito. O agente de trânsito promove a conciliação entre as partes e, poste-

riormente, envia – através de aplicativo criado pelo TJSE – o acordo realizado pelas partes para homologação do juiz. Destaca-se que o projeto não abrange acidentes de trânsito com vítimas que necessitem de socorro médico, bem como quando envolve veículos de órgãos públicos.

Este projeto venceu o Prêmio Conciliar é Legal do CNJ em 2016 na categoria Tribunal Estadual. Na avaliação dos projetos vencedores, foram levados em conta critérios como eficiência, res-

tauração das relações sociais, criatividade, replicabilidade, alcance social, desburocratização e satisfação do usuário.

Formação de Conciliadores e Mediadores

O projeto tem a finalidade de formar, teórica e tecnicamente, servidores do TJSE, operadores do Direito, graduados em qualquer área, conveniados e voluntários para atuarem nas conciliações/mediações das Comarcas de Sergipe. Com isso, desenvolve-se a cultura do consenso, através de métodos autocompositivos, que possibilitam o fortalecimento da cidadania. Alcança-se, ainda, a redução dos processos judiciais e a solução do conflito em prazo processual menor e mais adequado às necessidades das partes envolvidas.

Universidade Parceira

O “Universidade Parceira” tem o objetivo, através da capacitação teórica e técnica dos graduandos em Direito, criar Cejusc’s dentro dos Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades/Universidades. Com isso, busca-se a redução dos processos judiciais e a solução do conflito em prazo processual menor e de forma mais adequada às necessidades das partes envolvidas. Evidencia-se

a necessidade de mudança da cultura do litígio para a cultura da paz.

A prestação de serviço por parte dos estudantes e das entidades de ensino tem caráter voluntário, não envolvendo pagamentos por quaisquer despesas.

Sala de Espera: Educação Financeira nos Fóruns

O Projeto “Sala de Espera” tem a finalidade de contribuir com a emancipação do cidadão consumidor, promovendo ações de educação financeira para a população que busca os serviços jurisdicionais. Conteúdos como consumo consciente, planejamento financeiro, orçamentos doméstico são alguns temas apresentados de forma educativa e lúdica, utilizando vídeos e esquetes teatrais, nas salas de espera dos fóruns que possuem Cejusc’s.

Cejusc na Comunidade

O Projeto “Cejusc na Comunidade” tem a finalidade de estimular a população a procurar os serviços oferecidos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania para que seja disseminada a cultura do diálogo e da autocomposição dos litígios. Para isso, serão visitadas entidades que prestam serviços públicos direto à população a fim de que se possa realizar palestras, distribuição de panfletos e orientações.

Entidade Parceira - PROCONS

O Projeto “Entidades Parceiras - PROCONS” tem como proposta habilitar, teórica e tecnicamente, os funcionários para que promovam as conciliações/ mediações nos respectivos órgãos. Com isso, busca-se a redução dos processos judiciais e a solução do conflito em me-

nor tempo e mais adequado às necessidades das partes envolvidas.

Livre das Dívidas - Mutirões de Negociações

Este projeto tem a finalidade de desenvolver ações com conteúdos sobre educação financeira para as pessoas que buscam os mutirões a fim de negociar dívidas. São conteúdos básicos sobre educação financeira pessoal e familiar, como orçamento doméstico, tipos de créditos e consumo consciente, que serão disseminados através de folhetos, teatro e vídeos.

Mediação nas Escolas

O Projeto “Mediação nas Escolas” tem como proposta habilitar, teórica e tecnicamente, professores, funcionários e alunos para que promovam a conciliação/mediação na resolução de conflitos surgidos no ambiente escolar. Pretende-se, com isso, instrumentalizar os sujeitos do meio escolar de conteúdos que promovam diálogos para a construção de um am-

biente capaz de dar resolutividade as suas demandas. De início, a proposta do projeto é fazer um piloto em uma escola da rede pública de ensino.

Escolas no Fórum

O Projeto “Escolas no Fórum” tem a finalidade de contribuir para uma formação cidadã, pautada na garantia do direito de acesso à justiça e escolha dos métodos mais adequados para a solução de conflitos.

Mediação comunitária

O projeto visa fomentar a cultura da mediação comunitária através da capacitação dos sujeitos pertencentes à comunidade e dos agentes que prestam serviços públicos nesses locais, a exemplo dos CRAS e CREAS; bem como promover mediações comunitárias, através dos mediadores do Cejusc. É a partir do empoderamento dos cidadãos que se poderá criar alternativas diferentes para a solução dos conflitos.





Saúde na aposentadoria favorece um envelhecer ativo

A técnica judiciária Maria de Lourdes disse que encontrou no projeto o apoio que precisava

Projeto do Centro Médico do TJSE prepara servidores para aposentadoria

Quando falamos em aposentadoria a gente pensa logo em tempo sobrando para fazer o que gosta, tempo para si, para o que realmente nos dá prazer e principalmente, para cuidar mais da saúde. Mas parece que nem sempre isso ocorre.

Pesquisas já realizadas com pessoas que continuaram a trabalhar mesmo após terem alcançado a idade mínima para a aposentadoria comparadas àquelas que se aposentaram e deixaram de desenvolver qualquer atividade, comprovam que essa fase da vida leva a um declínio da saúde, a médio e longo prazo, mesmo levando em conta outros fatores.

Com isso, sugere-se que as pessoas tra-

balhem por mais tempo não só por razões financeiras, mas como preparação para este novo ciclo.

Com as pesquisas comprovou-se também que a aposentadoria pode aumentar em 40% as chances de desenvolver depressão, enquanto aumenta em 60% a possibilidade do aparecimento de problemas físicos, em especial os cardiovasculares. A explicação é que possivelmente as pessoas não se preparam para o envelhecimento, trabalham sempre pensando no amanhã e se esquecem de viver "o agora".

Foi pensando nisso que a psicóloga Sheilla Tatiana Costa de Oliveira, da Divisão Psicossocial do Centro Médico do Tribunal de

Justiça de Sergipe, idealizou o PROPA – Projeto de Orientação para a Aposentadoria com a Assistente Social Maria Edvani Panta e a também psicóloga, Carina Andrade Argolo. Juntas, elas têm como foco, orientar o servidor em todo o processo da aposentadoria como parte de um ciclo evolutivo natural.

De acordo com Sheilla, a aposentadoria representa, para grande parte das pessoas, que o amanhã chegou e como estão condicionadas a viver em função do futuro, isso acaba desestruturando a existência e a vida passa a ficar sem sentido para algumas delas. “É preciso entender que aposentadoria é um prêmio pelo esforço de anos de trabalho. Nunca deveria ser um causador de doenças. Ela é o reflexo de como se encara a vida no decorrer do desempenho profissional”, ressaltou.

Ela explica ainda que o trabalho é apenas mais uma função que se desempenha e, quando a aposentadoria chega, o indivíduo deve canalizar suas energias para outro foco. Com isso, esse “descanso” passa a ser oportunidade de realizar projetos abandonados por falta de tempo, como o estudo de um novo idioma, a realização de uma grande viagem ou mesmo a dedicação a trabalhos voluntários. O que as pessoas devem entender é que o trabalho que elas desenvolvem durante a vida profissional terá de ser substituído por outras atividades que estimulem a mente e o corpo.

Ciente de que a vida é movida por sonhos e desafios, Sheilla diz que o cérebro necessita ser estimulado. Portanto, a recomendação é que todos aprendam a dividir bem seu tempo, aproveite o período profissional desenvolvendo paralelamente outras atividades que deem prazer e com a aproximação da aposentadoria, criem novas metas a serem conquistadas. “Com isso, o afastamento da vida profissional não significará o fim, mas um recomeço”, alertou a psicóloga.

A importância de estar preparado

Desde cedo aprendemos que “o trabalho dignifica o homem” e esse ditado popular



parece tão enraizado que acabamos construindo a maior parte da nossa identidade em função dele. Por isso a interrupção de atividades profissionais, e a perda dos vínculos sociais ali estabelecidos, podem trazer dificuldades capazes de ameaçar a qualidade de vida dos indivíduos.

Surgem então as doenças famosas como a ansiedade acompanhada de quadros de tristeza, isolamento, dificuldades no relacionamento com a família e enfim a depressão, por conta deste afastamento do ambiente de trabalho e dos vínculos sociais ali criados.

Sobre isso, a Assistente Social Maria Edvani Panta, dentro do seu trabalho no Propa, diz que a preparação para a aposentadoria significa planejar o envelhecimento e pode ser também uma oportunidade de reflexão, da busca do que realmente somos, do que gostamos e de como queremos envelhecer.

Criar meios e condições que propiciem o bem-estar, a saúde física e emocional dos servidores é fator importante para a aposentadoria e foco principal. Para isso, vários debates vêm sendo realizados para desmistificar essas questões”. Desde o início do projeto em 2011, a saúde

Para a assistente social do TJSE, Edvani Panta, o projeto também significa planejar o envelhecimento

COM SAÚDE NÃO SE BRINCA

do servidor vem sendo tratada com a máxima urgência, bem como a alimentação para o amadurecimento saudável, atividades físicas e diversos outros pontos de igual importância para este novo ciclo da vida”, declarou.

De acordo com a assistente social, o próprio Estatuto do Idoso, instituído pela Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, prevê que os órgãos públicos façam esta preparação. A preocupação em contactar o servidor passando a importância deste trabalho já é constante. “Duas vezes por ano realizamos os grupos aqui de no máximo 30 pessoas. Procuramos atender todas as demandas e necessidades, focando também a família do servidor como aliada nessa nova fase dele. Na oportunidade, esclarecemos a respeito dos direitos e de cidadania”, explicou Edivani.

Aqui no Tribunal, o Propa tem sido um forte aliado para a preparação e acompanhamento do servidor neste processo. Segundo a assistente social, é mais uma oportunidade

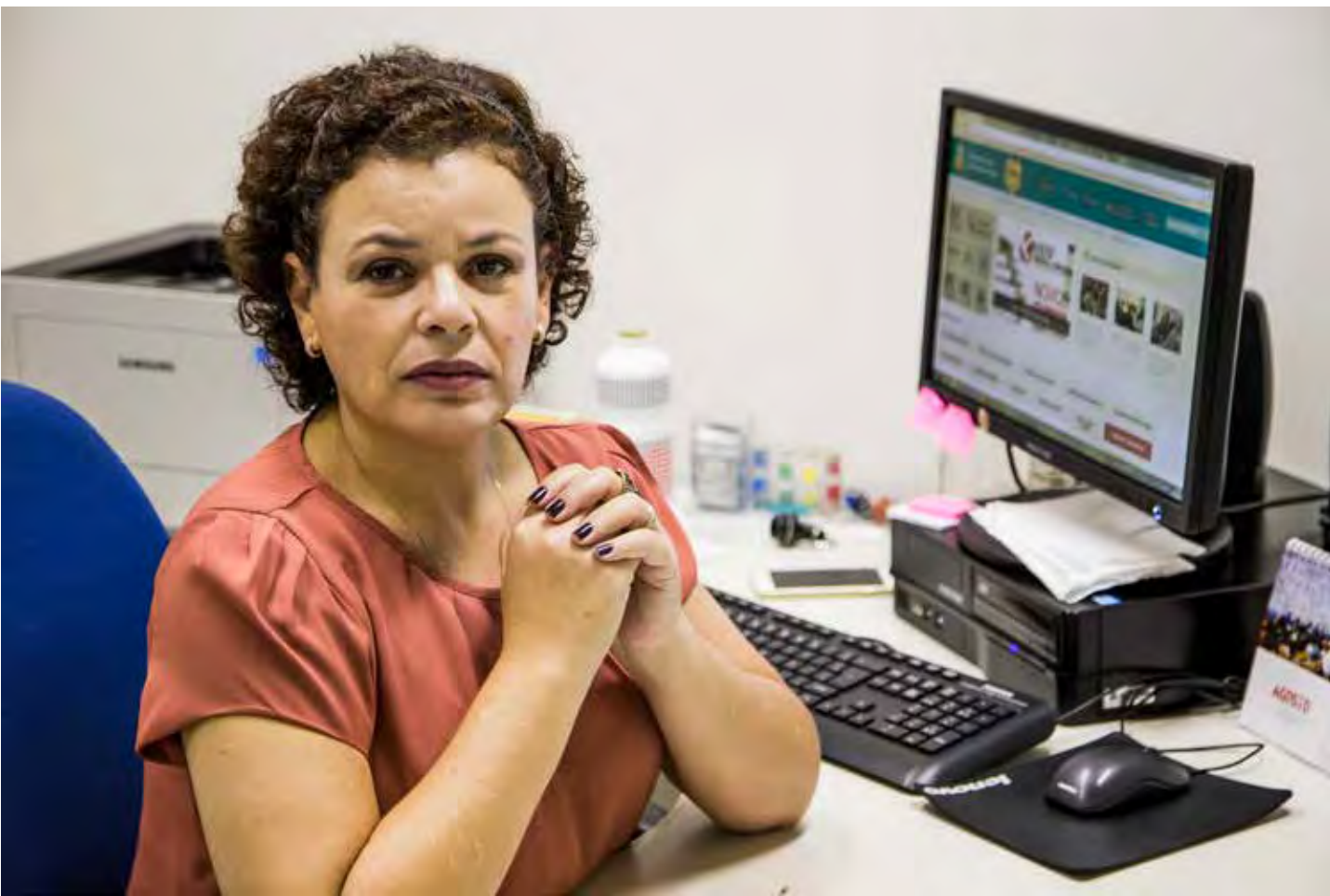
dos servidores construir condições favoráveis para o melhor aproveitamento deste período, tanto antes como depois da aposentadoria, enriquecendo-o com ideias, projetos, realizações pessoais e a busca da qualidade de vida.

A importância de estar preparado vem mediante uma reflexão, crescimento, troca e discernimento vivenciados, mesmo antes da aposentadoria, para que, quando ela chegar, melhores condições de saúde, emocionais, psicológicas, financeiras e relacionais já estejam estabelecidas, bem como a descoberta e a criatividade que servirão como base para vivenciar a melhor fase de suas vidas com aproveitamento pleno desta.

Prevenir ainda é melhor que remediar

Longevidade e qualidade de vida fazem parte dos desejos mais comuns entre a maioria das pessoas. Para isso, viver em paz consigo mesmo e visitar regularmente clínicas para fazer uma avaliação da sua saúde é fundamental para

A psicóloga do TJSE, Sheilla Oliveira, diz que após a aposentadoria deve-se canalizar energias para outros focos



detectar qualquer problema o quanto antes. Só assim, as chances de espantar qualquer sinal de doença são consistentes.

Em um mundo no qual uma em cada cinco pessoas pode esperar viver além dos 90 anos, os governos de muitos países estão encontrando cada vez mais dificuldade para arcar com os custos associados a uma sociedade que envelhece. As formas tradicionais de se abordar a aposentadoria também estão mudando. As pessoas veem a aposentadoria como um estágio ativo de suas vidas, no qual desejam permanecer conectadas socialmente, integradas em suas comunidades e continuando a trabalhar de alguma forma. Tais mudanças abrem a possibilidade de um diálogo mais amplo sobre um dos elementos necessários ao preparo para a aposentadoria, a saúde.

A pesquisa apurou que trabalhadores que estão com a saúde excelente ou boa têm uma perspectiva mais otimista com relação à aposentadoria quando comparados aos que estão com a saúde ruim. Isso explicita uma desconexão entre as preocupações que as pessoas têm com sua saúde na velhice e seus comportamentos atuais relacionados à mesma.

Esta experiência foi comprovada pela técnica judiciária Maria de Lourdes Santos Cortes Nunes que se aposentou em março deste ano. Antes disso, ela passou por um período de turbulência em sua vida pessoal. Problemas de saúde e de família fizeram com que sua saúde pedisse uma atenção maior, levando-a a mudar de vida e procurar uma forma de viver melhor para se preparar para o que estava para chegar.

Foi convidada para participar do Propa e encontrou a partir daí tudo o que precisava. Hoje, já operada e superada a fase crítica de um problema de saúde, com a família se encaminhando para a harmonia e recentemente aposentada, ela se dedica agora a cuidar da própria vida. Ocupa seu tempo com pintura, artesanato e declara que a vida abriu para ela um leque de novas oportunidades: “Nossa vida não pode ser resumida aos problemas e ao trabalho. Temos

que lutar por dias melhores e isso inclui cuidar melhor de nós mesmos, observar os sinais emanados pelo nosso corpo, dentro do que se refere à saúde e à qualidade de vida. Só assim, poderemos prevenir males futuros e usufruir melhor do momento que a vida nos oferece. Ainda vale mais à pena se prevenir do que remediar”, ensinou ela.

Outra servidora que também vivenciou dias difíceis, mas que hoje superou tudo é a técnica judiciária Cecília Áurea Albuquerque, lotada na Gestão de Pessoas. Ela está prestes a se aposentar, participar do projeto de preparação aqui no Tribunal e como tantas outras pessoas, também tem uma preocupação maior com a saúde. “Acho muito enriquecedor participar de um projeto que nos oriente melhor para a aposentadoria. As palestras são muito boas, tiram nossas dúvidas e têm como pilar o cuidado com a saúde, alimentação e a prática de atividade física, para assim ter uma longevidade saudável”, disse.

Por ser a aposentadoria uma mudança de rotina, Cecília declara que é preciso entender e aceitar limitações e assim evitar uma vida baseada em amargura e frustrações. “É preciso dar continuidade à vida de alguma forma: caminhando, escrevendo, viajando, lendo, aprendendo, tocar algum instrumento e até ser voluntário, porque estas atividades ajudam a manter o cérebro ativo e assim aproveitamos bem o tempo livre sem deixar de lado, claro, a saúde que precisa ser avaliada sempre”, explicou.

Para ela, a vida é uma jornada incrível, recheada de aventuras, surpresas, alegrias e tristeza, mas acima de tudo a vida é uma grande “escola” onde permanecemos em constante aprendizado. “Temos que ter fé, acreditar em Deus, sermos humildes, fazer da vida uma conquista. Curtir o que de melhor ela te oferece, com toda a intensidade, vivendo cada dia como se fosse o último dia e não deixar para amanhã o que pode ser feito hoje”, finalizou.

“O Tribunal significou tudo para mim”

Adernaldo Soares de Figueiredo lembra do trabalho como escrivão em Aquidabã



O ano de 1958 ficou marcado para muitos brasileiros. A seleção canarinho conquistou sua primeira Copa do Mundo, na Suécia, os primeiros discos da Bossa Nova chegaram às lojas e o Presidente Juscelino Kubitschek seguia seu plano de fazer '50 anos em 5', cujo marco maior foi a construção da nova capital do país, Brasília. Mas na vida de Adernaldo Soares de Figueiredo o fato mais importante foi a nomeação como escrivão do Cartório do Registro Civil da Comarca de Aquidabã, sua cidade natal.

"Passei 25 anos como escrivão em Aquidabã e só em 1974 fui promovido para Aracaju, para o Cartório do 15º Ofício, 1ª Vara Cível, que funcionava no chamado Prédio das Águas, onde hoje é a Procuradoria Geral do Estado. Naquela época, tínhamos muito serviço mesmo e quase nenhum material para trabalhar. Mas eu, juntamente com Renato de Santa Rosa, pedimos o apoio do Desembargador Pedro Barreto de Andrade, que era o Presidente do Tribunal, e ele colocou tudo que precisávamos à nossa disposição".

Depois, além do Cartório do 15º Ofício, Adernaldo foi designado para responder pelos cartórios do então Juizado de Menores e também do Tribunal Regional Eleitoral. "Cuidava de três cartórios ao mesmo tempo, mas o eleitoral era mais tranquilo. Levei muito trabalho para casa. A esposa reclamava, mas não tinha jeito. Naquela época, a demanda era muito grande. Várias coi-

sas fazíamos à mão e só depois eram passadas para os livros de registro".

O escrivão lembra com carinho dos magistrados com quem trabalhou. "Aprendi muita coisa com os Desembargadores Oscar Deda e Manoel Cândido". Inclusive, o Desembargador Artur Oscar Deda também lembra com carinho do escrivão. "Quando fui Promotor na Comarca de Aquidabã, o escrivão Adernaldo era rigoroso demais no que dizia respeito ao pagamento dos proventos. Todo mês ele juntava o dinheiro do meu pagamento. Alguns esqueciam, mas ele não", recordou o magistrado.

A aposentadoria chegou em junho de 1988, após 30 anos de serviços prestados ao Tribunal de Justiça de Sergipe. "Senti muito a falta dos colegas, da convivência com todos. Éramos como uma família. Havia um lugar entre a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo, na praça Fausto Cardoso, que se chamava o Senado, onde se reuniam os aposen-

tados de todas as repartições, mas eu não me adaptei. Preferi voltar para Aquidabã".

"O Tribunal significou tudo para mim. Nunca almejei certas coisas, mas fui bem, graças a Deus. No meu trabalho aprendi a conviver com as pessoas, fiz muitos amigos. Sempre fui cumpridor dos meus deveres. O servidor tem que ser paca-to, educado. A educação é tudo", concluiu o escrivão aposentado que completou 91 anos em outubro. Quando questionado sobre o segredo da longevidade, ele respondeu rápido e objetivamente: "viver em paz". Mas a filha, Ana Paula, entregou outros segredos do pai. "Ele adora música clássica e bons livros".



Corregedoria emite 2ª via de certidões gratuitamente

Uma média de 50 certidões são expedidas todo mês para pessoas que não podem pagar pelo serviço

“Precisava da 2ª via da minha certidão de nascimento para poder atualizar a minha carteira de identidade e viajar para me empregar em Caixas do Sul. Fui registrada em União dos Palmares em Alagoas e não tinha como ir até lá para solicitar a certidão e nem dinheiro para pagar”. Este foi o depoimento da doméstica Cícera Maria Pereira da Silva no momento em que retirava a 2ª via da sua certidão de nascimento no atendimento da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Sergipe.

A Corregedoria disponibiliza para os cidadãos, que não podem arcar com a despesa, o serviço de expedição de 2ª via das certidões de nascimento, casamento e de óbito. O serviço permite o requerimento gratuito das certidões registradas em cartórios de registro civil de outros municípios do país e facilita a obtenção das declarações de nascido vivo e de óbitos nos casos de perda ou extravio. Pessoas hipossuficientes com registros realizados em cartórios em Aracaju devem procurar o respectivo registrador local, que também deverá expedir a 2ª via das certidões de forma gratuita, conforme prevê a Lei de Registro Civil.

Segundo o servidor responsável pelo setor de atendimento ao público da Corregedoria, Valter Cunha, foram expedidas, entre fevereiro e julho deste ano 305 certidões e/ou declarações. “Os serviços





prestados são muito importantes para a população, principalmente para os mais carentes. Busca sobretudo viabilizar a consecução do princípio maior da dignidade da pessoa humana, uma vez que a emissão dos documentos pleiteados e as informações prestadas contribuem para o pleno exercício da cidadania”, explicou o servidor.

Procedimento

Para a solicitação da emissão da 2ª via de certidão de nascimento, casamento e óbito, o cidadão hipossuficiente (sem recursos) com registro de outros municípios, devem se dirigir pessoalmente à Corregedoria, no 2º andar, do Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes (sede do TJSE), das 8h às 13h, portando um documento de identificação com foto e cópia da certidão com os dados do registro. Para a emissão do documento, o requerente assinará declaração de hipossuficiência atestando que não tem condições de arcar com os custos da certidão.

“Fui muito bem atendida e agora posso ir tranquila para o meu novo emprego. O dinheiro que não tinha para gastar com a certidão, vou correr atrás, para comprar a passagem para Caxias”, comentou agradecida Cícera da Silva.

Outros Serviços

Além da emissão de 2ª via das certidões, o serviço de atendi-

mento da Corregedoria também recebem o requerimento da 2ª via da Declaração de Nascido Vivo (DNV) e da Declaração de Óbito (DO). Esse pedido é realizado apenas para a obtenção da declaração de pessoas nascidas ou falecidas no Estado de Sergipe. Para a realização deste serviço será obrigatória a apresentação de boletim de ocorrência para os casos em que o documento original da DO ou da DNV tenha sido extraviado (roubo, furto, perda, entre outros), conforme prescrito no art. 350, § 2º, “g” da Consolidação Normativa Extrajudicial.

Os jurisdicionados podem registrar reclamações e protocolar pedidos e documentos direcionados à Corregedoria. Além da consulta sobre o andamento de processos e esclarecimentos sobre os serviços prestados pelos cartórios extrajudiciais com o apoio da Assessoria Jurídica e da Assessoria Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça.

No atendimento da Corregedoria, os procuradores das partes também podem obter orientações sobre o peticionamento eletrônico no Portal do Advogado. De fevereiro a julho, foram realizados, nestas modalidades, mais de 610 atendimentos.

Disk Processo

O Disk Processo é um serviço de consulta e acompanhamento processual oferecido pela Corregedoria-Geral da Justiça aos jurisdicionados através dos telefones 0800 079 0008 e 159. As ligações realizadas são gratuitas de qualquer telefone, inclusive de aparelho celular e o atendimento é realizado nos dias úteis das 07:00 às 18:00 horas. De fevereiro a julho de 2017 foram atendidas 5534 ligações do disk processo, média mensal de 922 ligações.



9º Encontro Anual dissemina cultura estratégica para servidores e magistrados

Planejamento posiciona TJSE entre os melhores Tribunais do Brasil

Em março de 2011, a então Ministra do STJ e Corregedora Nacional da Justiça do CNJ, Eliana Calmon, veio a Aracaju para abrir o ano letivo da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse). Ao falar sobre o TJSE, a Ministra afirmou: “o Judiciário sergipano, na avaliação do CNJ, foi o que melhor cumpriu as metas nacionais para os anos de 2009 e 2010. O Conselho avaliou a Justiça sergipana como a melhor do país e isso não aconteceu por acaso, é produto de um trabalho de base, informatizado e com uma escola para magistrados estruturada”.

Traduzindo a expressão “é produto de um trabalho de base” extraída da frase da Ministra Eliana Calmon, pode-se dizer que para o TJSE significa Planejamento Estratégico (PE).

E um dos pilares do Planejamento Estratégico do Judiciário sergipano é a realização do Encontro Anual, que acontece desde 2009. O objetivo dos eventos é o de disseminar a cultura e apresentar a execução da estratégia para servidores e magistrados. “São nos encontros anuais que

conseguimos reunir uma maior parte dos servidores e magistrados para que em um espaço único, juntos, possamos discutir ideias, apresentar resultados, corrigir rumos e acompanhar a execução do PE”, explicou o Diretor de Planejamento, Felipe Baptista Prudente.

Neste 9º Encontro, cujo tema foi “Simplificando a Justiça”, buscou-se inspiração no novo Código de Processo Civil, que foi concebido no sentido de simplificar o processo judicial, focando na eficiência do Judiciário.

Em sua fala de **abertura** o Presidente do TJSE, Des. Cezário Siqueira Neto, destacou o momento pelo qual o país e o próprio Judiciário estão vivendo. “Podemos dizer que a nossa cultura estratégica está bem estabelecida, mas o país passa por um caminho tortuoso onde precisamos de criatividade e coragem para desbravar novas fronteiras a fim de criar um Judiciário cada vez mais acessível e eficiente. Sejam simples, planejem o futuro do Judiciário sergipano com um único objetivo, a otimização da prestação jurisdicional”, afirmou o presidente

O Des. Diógenes Barreto, Presidente do Comitê Gestor do PE, assegurou que o Encontro Anual é uma oportunidade de propor uma reflexão profunda sobre o papel institucional do Judiciário. “Este é o momento para exercer a nossa criatividade, formulando soluções que efetivem e promovam desburocratização e simplificação dos procedimentos judiciais”.

Ainda de acordo com o magistrado “ao contrário do que muitos pensam, a simplificação de processos e procedimentos não depende exclusivamente de mudanças na legislação, mas também podem resultar de uma profunda reflexão nos processos e procedimentos utilizados dentro do próprio processo judicial e nas rotinas da unidade, ou da interlocução com atores externos, muitas vezes trabalhando junto ao Executivo e o Legislativo, buscando otimizar os recursos públicos, aumentar a celeridade e melhorar a prestação jurisdicional”, destacou o desembargador.

Durante o evento, o Diretor de Planejamento do TJSE, **Felipe Baptista Prudente**, falou sobre os ajustes na **Cultura e Gestão Estratégica do**

TJSE. “O IX Encontro é uma oportunidade de reavaliar o planejamento mostrando as novas ferramentas e o acompanhamento da execução como uma das maiores forças da estratégia no TJSE. É como se estivéssemos em um barco, sujeitos a agentes externos, como o vento, e precisamos ajustar as velas para continuarmos no rumo certo. É o momento para reforçar a cultura do Planejamento Estratégico, demonstrando o que se tem feito ao longo dos anos e tudo aquilo que se pretende atingir ao final do ciclo em 2020”.

Palestras

Para ilustrar o tema do IX Encontro foi **realizada palestra com o tema “Simplificação de Procedimentos e Perícias”** proferida pelo Juiz Federal Marcelo Eduardo Rossito Baseto, que foi premiado na 5ª Edição do Prêmio Inovare. “A ideia é de que podemos criar boas soluções a partir de práticas simples. É possível simplificar procedimentos, excluindo momentos desnecessários e criando alternativas

que façam o processo efetivamente fluir mais rapidamente. Ao simplificar, teremos uma distribuição de Justiça mais rápida e efetiva na busca de um país mais justo e mais igual”.

Os resultados da Pesquisa Anual de Satisfação de 2017 **foi apresentado pela Juíza gestora do Macrodesafio dos Direitos da Cidadania, Iracy Mangueira e pelo Chefe da Divisão de Planos e Programas da Diplad, Thyago Avelino Santos**, onde foi constatada uma melhora nos índices de satisfação dos jurisdicionados com o Judiciário sergipano.

“A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 21 de julho em 10 cidades de diferentes regiões do Estado para que pudesse representar o todo. O objetivo é levar a pesquisa para todas as comarcas. Nesse ano foram mais de duas mil pessoas ouvidas pelo Tribunal e 93% dos entrevistados se mostraram satisfeitos com os serviços prestados pelo Judiciário sergipano. O resultado estará disponível no Portal



do TJSE na internet e servirá para subsidiar as decisões estratégicas”, explicou a Juíza Iracy Mangueira.

As ações e projetos dos Macro-desafios do **Impulso às Execuções Fiscais** e da **Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes** foram apresentados pelos gestores, Juiz Luís Gustavo Serravale e pela Consultora-Geral, Sara Ramos. “Com relação à gestão das demandas repetitivas, está em fase final de construção o Sistema de Controle de Precedentes Vinculantes que dará uma visão ampla do gerenciamento das demandas repetitivas

e dos grandes litigantes pelos magistrados do TJSE”, informou a Sara Ramos.

“A ideia é instituir um projeto de execução fiscal eficiente. É preciso entender que a via judicial pode não ser o caminho mais viável para a execução fiscal. Os custos do processo para o Poder Público podem ser maiores do que o montante a receber. É preciso estimular a utilização de meios extrajudiciais para a efetivação das execuções fiscais, principalmente, naquelas em que o valor a ser pago é relativamente pequeno”, afirmou o Juiz Luís Gustavo Serravale.

O evento foi encerrado com um **balanço do cumprimento das Metas 2017** do CNJ. Os Juízes Daniel Vasconcelos e Leonardo Almeida apresentaram os números e foi constatado que as Metas 2, 4 e 6 estão cumpridas pelo TJSE. Já a Meta 1, que é julgar número maior de processos do que os ingressados em 2017, o número parcial de cumprimento é de 99,86%. “Gostaríamos de reconhecer o trabalho dos servidores e magistrados para o atingimento das Metas do CNJ”, concluiu o Juiz Corregedor, Daniel Vasconcelos.

Histórico

Quando teve início essa preocupação do Judiciário sergipano em planejar a sua atuação?

Até o ano de 2003, ações estratégicas esporádicas, ou projetos de gestão, aconteceram sem a definição de metas ou com a integração com objetivos institucionais futuros no TJSE. Foi nesse período que o tribunal começou a identificar a necessidade

da formatação de um planejamento integrado, de forma metodológica.

Para isso foi realizado o primeiro grande diagnóstico, através de uma 1ª pesquisa de satisfação com os jurisdicionados para, na ocasião, surgir um incipiente direcionamento estratégico. Essa pesquisa revelou alguns pontos específicos de fraquezas e ameaças, tanto no ambiente externo como no ambiente interno.

“Externamente, não havia um órgão que gerasse uma demanda de padronização mínima ou de nive-

lamento das gestões dos Tribunais de todo país, como hoje ocorre por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Internamente, não havia uma padronização de procedimentos judiciais e administrativos, o quadro de pessoal precisava ser revisto e as ferramentas tecnológicas e gerenciais insuficientes. Essas dificuldades, nesta fase, eram regra geral do Judiciário brasileiro”, informou Erick Andrade, um dos responsáveis pela implantação do PE no TJSE.

De 2003 a 2009 foram construídas as bases da chamada cultura estratégica do TJSE, cujos frutos na

2009

10 Metas Prioritárias do CNJ

2011

Cultura fortalecida: a estratégia do desdobramento setorial

2013

O início – Resolução nº 22 do Planejamento Plurianual

2010

Continuidade e Evolução do Planejamento Estratégico

2012

Integração estratégia 35 projetos

melhoria da prestação jurisdicional começaram a ser colhidos. Foi nesse período que alguns planos estratégicos de gestão fortaleceram o instrumento da padronização, como na iniciativa de construção do modelo de Fóruns Integrados, a definição de um quadro funcional efetivo e qualificado, com a distribuição e remoção atendendo a critérios técnicos, grandes investimentos em ferramentas tecnológicas de gerenciamento, fortalecimento de políticas de treinamento, premiação de servidores e outras iniciativas estratégicas, que acabaram por ser referendadas como grandes forças do TJSE.

Nesse período foi criado o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão responsável pelo planejamento do Poder Judiciário brasileiro, ocasião em que enfatizou a necessidade do estabelecimento de um movimento estratégico nacional com desdobramentos locais.

1º Ciclo – 2010/2014

O primeiro ciclo de gestão estratégica do TJSE foi iniciada em 2009 e derivou da implantação das dez Metas Nacionais de Nivelamento do CNJ. “Sete metas tinham nascido cumpridas pelo TJSE, dentro das três restantes, a

Meta 1 que era a de se criar um planejamento estratégico plurianual, com no mínimo cinco anos e aprovação pelo Tribunal Pleno. Não seria uma meta fácil, mas os fatos comprovaram que a etapa anterior fizera com que a instituição se preparasse para aquele momento. A cultura dos números para o TJSE estaria sendo plantada”, explicou Erick.

Outro membro da equipe da Diretoria de Planejamento, Fabrizio Silvestre, contou que nesse primeiro momento a instituição precisava entender a importância do Planejamento. “Mobilizou-se a instituição, alguns de forma direta: os gestores administrativos, alguns magistrados, servidores através de suas representações. Foram ouvidos órgãos parceiros como Ministério Público, Procuradorias Estadual e Municipal, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública. Todo esse movimento gerou a formalização da gestão estratégica através da aprovação da Resolução 22/2009. A partir daí foi construído não mais um plano de gestão, mas um plano institucional”.

Objetivos claros, metas, ações e projetos foram definidos para, de forma profissionalizada, baseados em métodos de gestão experimentados, o TJSE procurar buscar a excelência na

prestação jurisdicional com recursos otimizados e direcionados para esse fim. Foi nesse momento, no 1º Encontro Anual, pioneiro no país, com a participação de magistrados e servidores, que foram definidas a Missão, Visão e os Valores do Judiciário sergipano.

Com base na análise SWOT, na missão, visão e valores foram definidos 13 objetivos estratégicos, que funcionaram como sinalizadores dos pontos de atuação onde o êxito é fundamental para o sucesso do plano estratégico. Ainda durante esta fase, várias ações foram realizadas com o objetivo de preparar a instituição para a execução do processo que ora se iniciava: treinamentos, cursos, visitas a setores envolvidos, além de reuniões com potenciais gestores de iniciativas estratégicas.

“Neste 1º ciclo do planejamento estratégico, o TJSE foi recordista nacional em cumprimentos de Metas Nacionais. Recebeu frequentes visitas de vários Tribunais do país interessados em nosso modelo de gestão estratégica. A pesquisa de satisfação, realizada anualmente com os jurisdicionados mostraram claramente o aumento na confiabilidade do Poder Judiciário sergipano. Como reconhecimento do CNJ foi indicado, por votação dos Tribunais



de Justiça de todo país, como um dos cinco tribunais que coordenariam a definição das Metas Nacionais a partir de 2012”, completou Erick.

Para a execução da estratégia, foi essencial a adoção de um modelo de gestão integrado e a gestão do Tribunal optou por utilizar o sistema gerencial denominado Balanced Scorecard (BSC), então consolidado como ferramenta de gestão estratégica nacional do Poder Judiciário, para operacionalizar o seu planejamento institucional.

“Muitos planejamentos estratégicos falham por falta de um acompanhamento efetivo de seus resultados, daí a importância de um sistema de acompanhamento que garanta a perenização do processo de implantação da gestão estratégica”, ponderou Fabrizio Silvestre.

O Sistema de Acompanhamento da Estratégia se desenvolveu paralelamente ao Sistema de execução da Estratégia e caracterizou-se principalmente pela integração da gestão (Presidência) com a estratégia (Comitê Gestor), através do conhecimento e aprovação pelo Presidente do TJSE das deliberações das Reuniões de Análise Estratégica – RAEs, para a adoção das ações corretivas em relação aos resultados porventura não alcançados das metas estratégicas. “Ou seja, se garantiu aí, de fato, um dos principais benefícios de um plano estratégico: a continuidade dos grandes projetos estratégicos”, concluiu o servidor Erick Andrade.

2º Ciclo – 2015/2020

Para este ciclo, em linhas gerais, a instituição manteve o modelo adotado no 1º nas suas 03 etapas: a formulação da estratégia, que ocorreu durante todo o ano de 2014 (último ano do ciclo anterior), a execução da

estratégia, que se iniciou em 2015 e o acompanhamento da estratégia, que se desdobra até o último ano do ciclo.

A Resolução 07/2015 aprovou para o período 2015/2020 o Planejamento Estratégico do TJSE, tendo em vista, entre outras considerações, a Resolução nº 198, de 1º de julho de 2014, do CNJ, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Estratégia Judiciária 2020 e revisou a estratégia em vigor proposta em 2009 e introduziu o conceito dos chamados Macrodesafios do Poder Judiciário (2015-2020), os quais foram aprovados pelos presidentes dos tribunais brasileiros no VII Encontro Nacional do Judiciário. No TJSE, os macrodesafios foram aprovados no 6º Encontro Anual.

Cada um dos 11 macrodesafios é conduzido por um gestor, responsável pela execução dos programas, projetos e iniciativas estratégicas, além do acompanhamento dos respectivos indicadores, para o alcance dos resultados propostos até 2020.

Até 2020 – o Futuro

O Diretor de Planejamento, Felipe Baptista Prudente, destaca que o posicionamento estratégico de uma instituição pública, representado por sua missão, visão, valores, objetivos estratégicos, metas e iniciativas representam um fundamental direcionamento para os servidores e gestores.

“Como todas as ações referentes às decisões, processos e projetos de uma organização, devem envolver a participação das equipes, a implantação de uma cultura estratégica reflete diretamente na comunicação, produtividade, desempenho e eficiência de seus processos produtivos. Nesse sentido, pelos resultados alcançados desde o primeiro ciclo, e pelo reconhecimento nacional ao TJSE pode-se afirmar que a cultura do planejamento estratégico foi um processo importante de governança para o Poder Judiciário em Sergipe”, concluiu o diretor.

MACRODESAFIOS

- 1 - Garantia dos direitos da cidadania
- 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- 3 - Adoção de soluções alternativas de conflito
- 4 - Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- 5 - Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- 6 - Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- 7 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- 8 - Melhoria da gestão de pessoas
- 9 - Aperfeiçoamento da gestão de custos
- 10 - Instituição de governança judiciária
- 11 - Melhoria na infraestrutura e governança de TIC

O Comitê Gestor

O Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TJSE, presidido por um desembargador e compostos por juízes e servidores, foi instituído em 2010 e tem como atribuição principal o acompanhamento da execução do plano estratégico. Para isso, por meio do Comitê, podem ser sugeridas alterações nas diretrizes e emitidos pareceres para subsidiar decisões estratégicas a serem definidas pelo Presidente, Corregedor ou pelo Pleno do Tribunal.

Além disso, o Comitê se reúne a cada três meses para a realização

das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) e é órgão responsável pela organização dos Encontros Anuais. Em 2017 foi instituída pelo Comitê, a realização de reuniões mensais com os gestores dos 11 macrodesafios. Um novo sistema de acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico também será implantado. Além do Comitê, servidores, magistrados e toda a sociedade poderá acompanhar a evolução dos indicadores, a avaliação mensal da execução do PE e o cumprimento das metas.

O atual presidente do TJSE, Des. Cezário Siqueira Neto, foi o primei-

ro magistrado a presidir o Comitê Gestor, permanecendo durante todo o 1º ciclo, de 2010 a 2014. Presidiram também o comitê, os Desembargadores Luiz Mendonça e Iolanda Guimarães.

O Presidente do Comitê Gestor, Des. Diógenes Barreto, explica que o TJSE foi pioneiro no país na instituição do Planejamento Estratégico. “O Comitê acompanha e avalia permanentemente a execução da estratégia. Corrigimos rumos e potencializamos os resultados. O Planejamento é vitorioso no Judiciário sergipano, não vivemos mais sem ele”.





Coordenadoria da Infância do TJSE estimula a adoção necessária

Entre as 29 crianças e adolescentes aptos à adoção em Sergipe, 21 têm mais que 6 anos

“O filho não precisa caber no colo, mas no coração. Existem experiências lindas de encontro de pais e filhos que já não eram bebês, mas que de fato puderam formar uma família de verdade, pois houve uma adoção recíproca”. O depoimento é de Célia Vieira, Presidente do Projeto Acalanto, organização não governamental que tem como principal objetivo estimular a adoção. A opinião dela é algo relevante e que deve ser levado em consideração por quem deseja adotar, já que, em Sergipe, das 29 crianças e adolescentes aptos à adoção, 21 têm mais de 6 anos.

Em todo o Estado, até o início de agosto, 266 crianças e adolescentes estavam vivendo em instituições de acolhimento por terem sofrido algum tipo de vulnerabilidade social. Mas, entre eles, somente 29, sendo 17 meninos e 12 meninas, já passaram pelo processo de destituição do poder fa-

miliar, ou seja, estão aptos à adoção. Por outro lado, Sergipe contabiliza 453 pretendentes à adoção e 80% deles desejam crianças de até 1 ano. Ou seja, há um desencontro entre os perfis existentes e os desejados.

“Geralmente, as pessoas querem crianças de 0 a 3 anos e do sexo feminino. Nem sempre as expectativas correspondem às crianças que estão disponíveis nos abrigos. Nesse sentido, a Coordenadoria tem realizado ações estimulando a adoção necessária, que é a adoção em que se estabelece um perfil etário mais ampliado, geralmente, crianças acima de 5 anos”, explicou a Juíza Iracy Manguiera, Coordenadora da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

Ela destaca que adoção é um ato de amor e, por isso, deve ser realizada com o coração e sem preconcei-

tos. “Você ama independente de idade, sexo e características físicas. O desejo de ser pai ou mãe deve ser maior que uma expectativa idealizada”, afirmou a magistrada. O mesmo sentimento é compartilhado por Célia Vieira, Presidente do Projeto Acalanto. “O que se tem visto, nesses mais de 20 anos do Movimento Nacional pela Adoção, é que o amor não tem idade”, enfatizou Célia.

Segundo ela, algumas ações podem contribuir para que mais pretendentes ampliem o perfil desejado. “Deve-se buscar mais informações sobre o assunto, por meio de leituras específicas sobre o tema; e participar das reuniões dos grupos de apoio à adoção, o que possibilita a troca de experiências com outras famílias”, sugeriu. Entre os pretendentes de Sergipe inseridos no Cadastro Nacional de Adoção, 58% disseram ser indiferentes quanto à raça da criança ou adolescente a ser

adotado e 50% não tem preferência quanto ao sexo.

“Muitos casais têm se tornado mais abertos, mudado o perfil e com isso temos reduzido o tempo de espera”, informou Iracy Manguiera. Ela explica o motivo pelo qual nem todas crianças e adolescentes acolhidos estarão aptos à adoção. “A perda do poder familiar é a última hipótese. Primeiro, tenta-se fortalecer aquele núcleo familiar de origem através de políticas sociais. Em um segundo momento, temos como perspectiva a possibilidade de inserção daquela criança, adolescente ou grupo de irmãos na família extensa ou com parentes mais próximos. Por fim, temos a adoção”, enumerou.

Encontros

A CIJ realizou, no mês de maio, a primeira edição do Projeto Encontros, que teve como objetivo reunir, em uma tarde de lazer, crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e postulantes à adoção que estavam também cadastrados no Programa do Apadrinhamento Ser Humano. A ação – que deverá ocorrer novamente em breve – atende ao que determina o artigo 197-C, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo recomenda que o encontro deve ser uma etapa obrigatória da preparação para a adoção, devendo ocorrer, sempre que possível, e sob a supervisão de equipe técnica.

Na edição de maio, realizada na unidade do Sesc Centro, em Aracaju, houve a participação de cerca de 80 crianças e adolescentes de 11 instituições da capital e interior. “A CIJ também teve uma iniciativa de extrema importância ao realizar o Projeto Encontros, em que pretendentes pu-

deram ter um momento de convivência junto a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, mas que a princípio não correspondiam ao perfil cadastrado. Afinal de contas, o que os olhos veem o coração pode sentir”, opinou Célia Vieira, que representou o Acalanto no encontro.

Procedimento

Qualquer pessoa maior de 18 anos pode adotar, independente de estado civil e orientação sexual. A única restrição é a diferença etária de 16 anos do adotante para com o adotado. Avós e irmãos também não podem adotar. Quem deseja adotar, deve procurar o Fórum mais próximo. Em Aracaju, a 16ª Vara Cível, localizada na avenida Gentil Tavares, no bairro Getúlio Vargas. Já no interior, devem ser procurados os Juízos com competência na área da infância e juventude.

“A partir daí, é feita a entrega da documentação, será formalizado um processo, o pretendente passará por uma entrevista com a equipe psicossocial e fará o curso de pretendente à adoção. Concluído o processo de habilitação, os pretendentes devem aguardar o contato de uma Vara informando a disponibilidade de crianças. Em seguida, começam os contatos com a criança e o estágio de convivência”. Nele, o juiz estabelece um período em que há uma aproximação dos pretendentes com a criança ou adolescente em condição de adotabilidade para que, de fato, possam reafirmar o desejo de adotar.

Testemunho

Uma das voluntárias e membro da diretoria do Projeto Acalanto, Lúcia Albuquerque, conta que, inicial-

mente, estava habilitada para adotar crianças entre 0 e 4 anos. Ela acreditava que a adaptação seria mais fácil para ambos. Após a participação em palestras do projeto, ela percebeu que um novo membro na família, fosse bebê ou uma criança mais velha, mesmo um filho biológico, demandaria, de qualquer forma, a superação de alguns momentos difíceis.

“Resolvemos, então, aumentar a idade e, pouco tempo depois, fomos convidados para conhecer nosso filho, na época com 6 anos e meio. Ao vê-lo, não tivemos dúvidas que era nosso filho. Desde então, nossa vida mudou totalmente. Tem dever da escola para ensinar, brinquedos espalhados pela casa, onde antes nada saía do lugar. Mas se me perguntarem se eu trocaria as preocupações de agora pela vida que tinha antes, a resposta é nunca! Nosso filho deu real significado a nossas vidas. Hoje nos preocupamos muito mais com o que falamos e como agimos para que ele tenha bons exemplos e seja um ser humano ainda melhor do que é”, contou Lúcia.

Acalanto realiza eventos sobre adoção

Trabalhar para que o direito à convivência familiar e comunitária seja garantido a todas as crianças e adolescentes é o principal objetivo do Projeto Acalanto Sergipe. Em Aracaju, o projeto, filiado à Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção, surgiu em 2015. Foi criado justamente em 25 de maio, Dia Nacional da Adoção, por três famílias que se uniram para comemorar a data.

“Logo em seguida, uma dessas famílias teve a oportunidade de

Célia Vieira, Presidente do Projeto Acalanto



participar do XX Encontro Nacional de Apoio à Adoção (Enapa), em Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre o mundo da adoção e o trabalho dos Grupos de Apoio em outros Estados do Brasil. A partir desse encontro, com a ajuda dos voluntários do Projeto Acalanto Natal, pudemos de fato estruturar e organizar o grupo, nascendo oficialmente o Projeto Acalanto Sergipe, já como uma ONG, em 29 de agosto de 2015”, lembrou Célia Vieira, Presidente do Acalanto Sergipe.

O projeto realiza encontros mensais, abertos ao público, que visam fornecer orientações à população sobre adoção, falando sobre aspectos jurídicos, psicológicos e sociais. Nesses encontros, também são apresentados depoimentos de famílias formadas pela adoção. “O objetivo é divulgar mais informações para a sociedade, de modo a

desmistificar várias questões e minimizar os preconceitos que ainda existem em nossa cultura”, informou Célia.

“Várias outras atividades surgem decorrentes das parcerias com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, Ministério Público e as Varas da Infância e Adolescência nas várias cidades do Estado”, acrescentou Célia. Quem tiver interesse em saber mais sobre o projeto ou contribuir com as ações do Acalanto, seja de forma financeira ou pelo voluntariado, deve acessar o site www.acalantosergipe.org.br.

CNJ trabalha para melhorar o Cadastro Nacional de Adoção

Possibilitar uma busca mais ampla e rápida de famílias para crianças e adolescentes acolhidos em abrigos é o objetivo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que está analisando as propostas de magistrados e servidores de todo país para modificações no Cadastro Nacional de Adoção. Uma das sugestões – que foi aprovada em um workshop realizado em Brasília, no dia 25 de agosto – é a inclusão de fotos, vídeos, cartas e desenhos das crianças e adolescentes disponíveis para adoção.

As informações também estarão bem mais completas, com a inclu-

são de CPF, que deverá ser feita em até 30 dias pelos juízes, e o motivo da inclusão da criança no cadastro, a exemplo de destituição do poder familiar, óbito dos genitores e entrega voluntária. Em relação às informações de saúde da criança, o cadastro conterà doenças tratáveis e não tratáveis, incluindo con-

dições como a microcefalia.

Segundo o CNJ, o novo cadastro será construído com auxílio de técnicos de diversos Tribunais, que farão parte de um grupo de trabalho coordenado pela Corregedoria do próprio Conselho. Uma das preocupações na elaboração

do novo cadastro é que haja a interlocução com sistemas que já existem nos Tribunais, para que as equipes das Varas de Infância e Juventude não precisem alimentar dois cadastros distintos. Após a criação do novo sistema, o CNJ fará a capacitação dos juízes e técnicos que atuam na área.

Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ



Durante o evento, foram aprovadas sugestões para o novo Cadastro Nacional de Adoção



Naira Fontes Araújo



Alana Silva de Medeiros



Criatividade a favor da produção de eventos

Bastante criativa, a técnica judiciária Naira Fontes Araújo, lotada em Nossa Senhora do Socorro, onde exerce a função de Assessora de Magistrado I da 2ª Vara Criminal, se diz com a vida profissional preenchida.

Há sete anos no TJ, a servidora consegue desenvolver com maestria uma outra atividade. Desde pequena se envolvia em tarefas escolares que estimulavam a criatividade. As gincanas e maratonas culturais a levavam a criar algo novo e foi isto que a motivou para mais tarde desenvolver trabalhos na área de eventos comemorativos da família e de amigos íntimos.

Em novembro de 2016, após executar o projeto de um chá de fraldas para uma amiga, Naira recebeu uma ligação de uma pessoa desconhecida, cujos trabalhos tinham sido indicados e foi aí que tudo começou. “Este foi o pontapé inicial para minha seara profissional. Hoje trabalho em conjunto com uma amiga, Fernanda Lins, e juntas criamos o Detalhando Festas. Embarcamos no desafio e estamos amando”, disse ela.

Batizados, noivados, aniversários infantil e adulto, minicassamentos, eventos corporativos e outros, preenchem a agenda da servidora. Declarando-se realizada e completa, Naira diz que apesar de gostar da função de assessora, trabalhar com decoração de eventos preencheu uma lacuna em sua vida, mas com organização e responsabilidade, é totalmente possível conciliar.

Atividade de servidora garante bem-estar e qualidade de vida

Lotada na Assessoria do Gabinete do Desembargador Roberto Eugênio Porto, Alane Silva de Medeiros, trabalha no Tribunal de Justiça há 16 anos e vive em constantes desafios.

Além do TJ, ela é formada em Designer há quase cinco anos, tem o olhar atento aos detalhes, equilíbrio estético e amor pelas artes que a acompanham desde criança. “Eu costumava demorar horas arrumando casinha para as bonecas. Aos doze anos, meu pai me deu a liberdade de escolher as cores e texturas para pintar meu quarto e desde então sempre participei de perto das reformas. Hoje é minha profissão”, disse.

Para ela, o designer é uma realização pessoal e motivo de grande satisfação. Já obteve destaques em revistas nacionais, como *Kaza talentos do Nordeste* e mostras de decoração, cujo reconhecimento a engrandece e motiva.

A qualidade de vida, o conforto, bem estar com criatividade e assertividade vem sendo o foco dos projetos da design. Ela leva em consideração que cada casa tem uma família com costumes diferentes. Isso deve ser observado para que o projeto contemple de forma funcional o morador e dê personalidade a cada detalhe.



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159

www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE